

## CURRÍCULO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: o olhar de pedagogas de uma escola pública da Paraíba

---

Jolene Rocha Bezerra<sup>1</sup>

Márcia Veloso Silva<sup>1</sup>

Maria Zuleide da Costa Pereira<sup>2</sup>

Teresinha de Jesus Cruz<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente texto é resultado da pesquisa de conclusão de curso que teve como objetivo investigar como as pedagogas de uma das escolas públicas do Estado da Paraíba, na cidade de João Pessoa, percebíamos os conflitos oriundos das relações entre meninos e meninas, tomando como objeto de análise o currículo, a partir da inserção do Tema Transversal Orientação Sexual, particularmente, as questões centradas nas relações de gênero no âmbito da educação. Pautando-se num referencial teórico de autores e autoras que abordavam a referida temática, a exemplo de: Louro (1997), Bourdieu (1999), Silva (1999), Carvalho (2000), Vianna (1997), dentre outros, optou-se pela realização de um estudo centrado em uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado para o corpo técnico da citada escola. De posse desses dados fez-se análises à luz do referencial teórico proposto, e, constatou-se a partir das afirmações das pedagogas participantes da pesquisa que elas têm conhecimentos prévios sobre como as relações de gênero se materializam na sociedade e, que, em suas práticas cotidianas tentam desenvolver atividades de forma não sistematizadas com alunos e alunas. Todavia, também ficou evidenciado a partir dos resultados da pesquisa da necessidade de se realizar um trabalho mais efetivo sobre o encaminhamento dos PCN's que trata do Tema Transversal Orientação Sexual, a fim de que ele seja visto não só como um ponto de partida para se estabelecer momento de reflexão, análise e debate sobre as questões emergentes centradas no gênero, sexo, raça/etnia, religião, entre outras, mas também, como mecanismo de estudos e pesquisas acerca da origem dos preconceitos sexistas de gênero que dão origem a uma série de conflitos nos diferentes espaços sociais, sobretudo, na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, gênero, currículo.

### CURRICULUM AND GENDER RELATIONS: A VIEW OF EDUCATORS FROM A PUBLIC SCHOOL IN PARAÍBA

**ABSTRACT:** The present text is the result of a graduating paper whose aim was to investigate how the teachers of one of the public schools in the state of Paraíba, in the city of João Pessoa, understood the conflicts derived from the relationships between boys and girls. We took the curriculum as an object of analysis, considering the existence of the cross-curricular theme Sexual Orientation, and we particularly focused on questions of gender relations within the field of education. We used theoretical references of authors that study that theme, such as Louro (1997), Bourdieu (1999), Silva (1999), Carvalho (2000), Vianna (1997), among others, and we chose to use a qualitative approach to research, collecting data through a questionnaire

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Professora Associada I do PPGE/UFPB

<sup>3</sup> Professora Adjunta do DHP/CE/UFPB

answered by the technical staff of the referred school. With such data, we made our analysis in the light of the theoretical perspectives chosen. We found out, through the statements of the teachers involved in the research, that they have some background knowledge of how gender relations are established in society, and that, in their everyday practices, they try to develop activities related to gender with students, though in a non-systematic way. However, it was also evident in the research results the need to develop more consistent work on how to operationalize the national curriculum parameters (PCNs) that approach the cross-curricular theme sexual orientation, so that it is seen not only as a starting point for reflection analysis and debate about emerging questions related to gender, sex, race/ethnicity, religion, among others, but also as a mechanism of developing studies and research about the origin of sexist gender prejudice that results in a series of conflicts in different social spaces, particularly, at school.

**KEYWORDS:** Education, gender, curriculum.

### **INTRODUÇÃO: uma discussão conceitual da categoria gênero**

Este texto é o resultado da pesquisa do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)<sup>4</sup> e, ao iniciá-lo nossa preocupação vinculou-se a discussão conceitual da categoria gênero a partir análises de Pierre Bourdieu (1999). Antes de qualquer análise parece justo frisar que foi no berço do movimento feminista contemporâneo que a categoria gênero pode ser revista e repensada. O que se sabe na história recente destes estudos é que a distinção entre sexo e gênero apesar de complexa e polêmica aponta fortes indícios de que sexo é o biológico do indivíduo, as características físicas distintas, enquanto que, gênero é definido como uma construção social, cultural e histórica.

Mesmo considerando este redirecionamento da categoria gênero a visão androcêntrica para Bourdieu (1999, p. 18), surge numa posição privilegiada, considerando que “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção”. Essa é uma afirmação arbitrária da ordem natural e social, logo, “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depósito de princípios de visão e de divisão sexualizantes”.

Isto significa afirmar que: (...) as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o masculino que, sendo percebidas e constituídas segundo esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com os princípios desta visão. (BOURDIEU: 1999 p. 32-33).

Dentro deste campo social embora a visão androcêntrica seja, segundo Bourdieu (op. cit.) privilegiada na oposição binária entre o feminino e o masculino fruto das construções sociais, ainda, existem espaços e possibilidades de mudanças? Vislumbra-se que sim, se, considerarmos que a oposição é construída e não inerente e fixa. Assim sendo, abrem-se

---

<sup>4</sup> CURRÍCULO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: o olhar das pedagogas de uma escola pública de João Pessoa/PB quanto ao gênero. Defesa em 2004.2, no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB.

espaços para se contemplarem interesses, experiências e questionamentos dos diversos segmentos sociais.

Bourdieu (1999, p. 22) concorda com esta ratificação quando fala que: “(...) por mais exata que seja a correspondência entre as realidades ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais”.

Portanto, “... a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas” (BOURDIEU: 1999 p. 45). Sendo estabelecida como algo natural e comum, o trabalho da dominação masculina se intensifica através da violência simbólica e das instituições, família, escola, igreja e Estado. Bourdieu (ibidem, p. 47) afirma que: “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante..., [fazendo] esta relação ser vista como natural”.

Todavia, para Bourdieu (1999, p. 54) existe uma maneira de mudar esta situação de dominação, que seria através da revolução simbólica que ocorreria sob a forma de: “(...) uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista do dominante”.

Quanto às instituições – família, igreja, escola e Estado – sabemos que ao longo da história tem garantido e reproduzido uma sociedade predominantemente patriarcal. Com valores, costumes, crenças, habitus, comportamentos, regras e ensinamentos que fortalecem a dominação masculina.

A escola há muito está marcada pela forte presença masculina. A produção do conhecimento foi historicamente produzida pelos homens, então valorizado. Contudo, gênero feminino se inseriu no espaço da escola, suas atividades passaram a ser marcadas pelo cuidado, pela vigilância, pelo lado maternal e doméstico, conseqüentemente, vista como uma tarefa fácil, pois, as mulheres confiadas, anteriormente, no espaço privado eram responsáveis por esses afazeres, tidos como obrigações femininas.

Bourdieu (1999, p. 110), esclarece como essa questão está muito bem hierarquizada quando afirma que : “as mulheres ocupam sempre as posições mais baixas e mais precárias... (vêm ser-lhes atribuídas posições subalternas e asilares, de assistência e cuidados – mulheres da limpeza, merendeiras, crecheiras etc.)”.

Como a escola pode ser também considerada como um veículo de mudança neste processo de hierarquização de submissão de papéis da qual as mulheres são reféns? Como as das desigualdades de gênero podem ser melhor trabalhadas no âmbito da educação, escola e currículo? Assim como Bourdieu percebo uma positividade alentadora da escola empenhar esforços para contribuir para mudanças. Pois, nela encontramos “um dos princípios mais decisivos da mudança nas relações entre os sexos, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz” (BOURDIEU, 1999 p. 105). De que forma essas mudanças podem ocorrer?

Para Bourdieu (1999, ps. 100-101), para que isso possa, gradativamente, ir se modificando “é preciso reconstruir a história do trabalho histórico de (dês) historização, ou... a história da (re) criação continuada das estruturas de dominação masculina, que se realiza... desde que existem homens e mulheres”.

Não se pode negar que significativas mudanças ocorreram na sociedade atual, quanto ao comportamento feminino e “a maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a

dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível” (BOURDIEU, 1999 p. 106).

Assim sendo, abre-se espaço na transformação do comportamento feminino, principalmente, nas categorias mais favorecidas que tem acesso ao Ensino Secundário e Superior; trabalho assalariado; adiamento do matrimônio e da procriação; independência econômica, etc.

Contudo, Bourdieu (1999, p. 112) explica que: “(...) as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder,... ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado... em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos”.

A força da estrutura é determinante na perpetuação das desigualdades de gêneros, porque ela se estabelece em todos os espaços e subespaços sociais. Para se conseguir romper as barreiras que se obstaculizam nas desigualdades entre o feminino e o masculino Bourdieu (1999, p. 139) nos fala que:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos da dominação, que exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as condições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

Por esses e outros motivos, gênero não pode ser mais fundamentado e entendido apenas por seu caráter biológico, nem tão pouco como uma categoria de estudos relativa às mulheres. O conceito de gênero é muito mais complexo e amplo. Ele surgiu da necessidade de se responder aos diversos impasses que fazem parte da construção das identidades dos gêneros. Assim como, para que pudéssemos fazer uma sociologia de homens e mulheres com maior equidade. Afinal, um faz parte da vida outro e vice-versa.

### **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN’s/1997: as relações de gênero (des) construindo estereótipos**

A proposta de Orientação Sexual como tema transversal apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s/1997, expresso no volume 10, se caracteriza por trabalhar o esclarecimento e a problematização de questões que favoreçam a reflexão e a resignificação das informações, emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um, que tantas vezes prejudicam o desenvolvimento de suas potencialidades. Ressalta-se, também, a importância de se abordar as relações de gênero nos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos.

Para que esse trabalho possa se efetivar de forma coerente com visão pluralista é necessário que os diversos aspectos ligados às questões de gênero encontrem espaço para se expressar, pois só através do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as

informações, pautando-se sempre no respeito a si próprio e ao outro, é que o aluno conseguirá transformar e reafirmar concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores.

A integração deste tema por meio da transversalidade impregnará toda a prática educativa, uma vez que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos são contemplados pelas diversas áreas do conhecimento, onde cada área tratará da temática gênero por meio da sua própria proposta de trabalho.

As recentes reformas curriculares colocam as relações de gênero como tema transversal no currículo Oficial. Santomé citado por Carvalho (2000, p. 84) “alerta para o perigo dos temas transversais não se [transformarem] em currículos turísticos, ou seja, que essa temática não seja tratada apenas em datas específicas ou comemorativas, desconectando-a das relações de diversidade na vida cotidiana”.

É fundamental que o professor e a professora se planeje para trabalhar essas situações no momento em que elas acontecerem, pois precisa ter atitude de acolhimento a essas expressões e de disponibilidade para ouvir e responder questões. Portanto, o trabalho de Orientação Sexual deverá acontecer dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo como também em extraprogramação sempre que surgirem as necessidades.

Segundo Carvalho (2000, p. 25) “[...]. Para superar as desigualdades nas relações de gênero, é fundamental a desmistificação dos papéis sociais tradicionalmente estereotipados em masculinos e femininos, para que outras subjetividades possam fluir [...]”.

A intervenção do educador e da educadora deve se dar de forma a apontar a inadequação de alguns comportamentos às normas do convívio escolar. Não se trata, portanto de julgar essas manifestações, mas apenas delimitar a inadequação do ambiente escolar para sua efetivação. Entre os mecanismos transmissores de uma cultura preconceituosa ou uma cultura de respeito à diversidade cultural está o currículo, ele pode produzir no interior das diferentes práticas educativas mudanças significativas de atitudes para com o(a) outro(a), se, for pensado como sugere Carvalho (2000, p. 83), ou seja, “[...] O currículo difundido na educação escolar contribui para uma construção social e corporal dos sujeitos em que a transmissão de valores, conhecimentos e habilidades, combinada com a internalização de gestos, posturas e comportamentos, determina a distinção e a posição ocupada por cada sexo[...]”.

Ao definir o Tema Transversal Orientação Sexual como uma de suas competências, a escola estará incluindo-o no seu projeto educativo, implicando uma definição clara dos princípios que deverão nortear o trabalho e sua explicação para toda a comunidade escolar envolvida no processo educativo dos alunos. Para garantir coerência ao tratar de tema com tão grande multiplicidade de valores, ela deverá estar consciente da necessidade de se abrir um espaço para constante de todos os envolvidos.

Os PCN’s propõe o trabalho de Orientação Sexual com objetivo de contribuir para que alunos e alunas possam desenvolver e exercer a cidadania que deve ser entendida como “necessária atenção às diferenças para a real garantia de igualdade de direitos, oportunidades e acesso aos bens sociais, em todos os campos” (BRASIL, MEC/SEF: 1998, p. 322) ao se propor a trabalhar o respeito por si e pelo outro e ao buscar garantir direitos básicos a todos como a saúde, a informação e o conhecimento, que são elementos fundamentais para a formação de cidadãos e cidadãs responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Dessa forma, os conteúdos de Orientação Sexual elencados pelos PCN’s englobam três fundamentais aspectos; são conceituais, procedimentais e atitudinais, proporcionando uma formação integrada do indivíduo. Os conteúdos devem ser flexíveis, de forma a abranger as

necessidades específicas de cada turma a cada momento, devem possibilitar a abordagem dos diferentes assuntos, que variam de acordo com a faixa etária, cultura regional e fatos contemporâneo veiculados pela mídia ou vividos por uma dada comunidade.

As Relações de gênero que, neste texto, damos ênfase, são um dos três blocos de conteúdos organizados pelos PCN's que tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação, uma vez que a flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero.

As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um, apontando para a equidade entre os sexos. O alcance destes objetivos requer que a escola atual "para fortalecer as lutas em favor de uma escola mais democrática é necessária a construção de um currículo multicultural que exige também um contexto democrático de decisões sobre os conteúdos do ensino, e no qual os interesses de todos sejam representados" (CARVALHO: 2000 p. 24).

O comportamento diferenciado dos alunos e das alunas, dos primeiros ciclos apresenta inúmeras situações que dizem respeito à questão dos gêneros, geralmente ocorre o agrupamento espontâneo das crianças por sexo onde o relacionamento entre meninos e meninas são dificultados. Já no segundo ciclo costuma haver espontaneamente também, uma aproximação entre eles, revelando-se mais claramente a curiosidade pelas diferenças. Essa aproximação não se dá sem conflitos, medos e por vezes agressões de diferentes intensidades em que muitas vezes o professor ou professora é chamado a intervir nesses conflitos ao mesmo tempo em que pode propor situações de trabalho em conjunto como estratégia de facilitação das relações entre meninos e meninas.

Os conteúdos desse bloco "Relações de gênero" poderão ser articulados com várias áreas como: História, Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e todas as situações de convívio escolar, no entanto, a abordagem desse tema deve ser uma tarefa delicada, considerando a faixa etária das crianças do primeiro e segundo ciclos.

Essas relações se apresentam na escola de forma nítida entre alunos e alunas e nas brincadeiras em geral ou diretamente ligadas à sexualidade, no modo de realizar as tarefas escolares, na organização do material de estudo e nos comportamentos diferenciados de meninos e meninas. Nesse sentido, "é necessário trabalhar em duas vertentes: criar materiais específicos para objetivos concretos e revisar o conteúdo, os exemplos, as ilustrações dos materiais didáticos existentes, visando superar os estereótipos sexistas presentes no cotidiano escolar" (Carvalho, 2000 p. 25).

Diante dessas situações, o professor ou a professora, estando atento, pode intervir de modo a combater as discriminações e questionar os estereótipos associados ao gênero, deve sinalizar a rigidez das regras existentes nesse grupo que definem o que é ser menino ou menina apontando para imensa diversidade dos jeitos de ser e ainda trabalhar o respeito ao outro e às diferenças.

A presunção por parte do professor ou da professora, de momentos de convivência e de trabalho com alunos de ambos os sexos pode ajudar a diminuir a hostilidade entre eles e elas e propiciar observação, descobertas e tolerância das diferenças, mesmo sendo vividas de forma conflituosa. Essa convivência é também facilitadora dessas relações, pois oferece oportunidades concretas para o questionamento dos estereótipos associados ao gênero.

É de igual importância a criação de momentos para que esse tema seja diretamente abordado, como trabalho planejado e sistematizado, uma vez que "[...] a educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento

humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais [...]” (Libâneo, 1999, p. 2).

Por ser a sexualidade algo inerente à vida e a saúde, que se expressa desde cedo no ser humano e que engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por se e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, a escola deve ser um espaço de informação e formação no que diz respeito às questões referentes ao seu desenvolvimento.

Portanto, os PCN’s têm como objetivo primordial promover reflexões e discussões de técnicos(as), professores(as), equipe pedagógica, pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica do desenvolvimento global dos alunos e alunas, considerando os princípios morais de cada um dos envolvidos e respeitando os direitos humanos.

Inúmeras questões, inquietações e dúvidas são trazidas pelos alunos e alunas para dentro da escola, assim sendo, cabe a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa, pois a escola querendo ou não, depara com situações nas quais sempre intervem e a oferta por parte da escola, de um espaço em que as crianças possam esclarecer suas dúvidas e continuar formulando novas questões, contribui para o alívio das ansiedades que muitas vezes interferem no aprendizado dos conteúdos escolares. Segundo os PCN’s (1997, p. 121), cabe à escola abordar os diversos pontos de vistas, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno e a aluna a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão.

O Tema Transversal que trata da Orientação Sexual realizado pela escola não visa substituir nem concorrer com a função da família e, sim, complementar. É um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. Este trabalho é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno ou aluna escolha seu próprio caminho.

Os PCN’s (1997, ps. 121-122) propõe uma Orientação Sexual não-diretiva que será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo caráter de aconselhamento individual, de tipo psicoterapêutico. Mas, as diferentes temáticas devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem evasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno ou aluna.

A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, como, também, abordar as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade como as crianças e jovens, na tentativa de preencher lacunas nas informações que as crianças já possui e, principalmente, criar a possibilidade de formar opiniões a respeito do que lhe é ou foi apresentado.

A escola ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e ao comportamento sexuais existentes na sociedade possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus.

Nesse contexto o educador deve reconhecer como legítimo e lícito, por parte das crianças e jovens, a busca do prazer e as curiosidades no seu processo de desenvolvimento. O trabalho cotidiano precisa ter acesso à formação específica, e, devem entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens. Ele deve ter discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas, uma vez que tanto o(a) professor(a) quanto aluno(a), possui expressão própria de sua sexualidade que se traduz em valores, crenças, opiniões e sentimentos particulares, para isso deve contar com o trabalho coletivo da equipe escolar na definição dos princípios educativos.

Segundo os PCN's (1997, p. 126-124), para que se desenvolva um bom trabalho de Orientação Sexual faz-se necessário o estabelecimento de uma relação de confiança entre alunos(as) e professor(a), ele ou ela deve se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e alunas, e responder às perguntas de forma direta e esclarecedora.

Na realização desse trabalho, a postura do educador e da educadora é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Referindo-se às questões de gênero, o professor ou a professora deve transmitir pela sua conduta a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente, deve ainda, respeitar a opinião de cada aluno(a) e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos.

### **OS (AS) PEDAGOGOS (AS) E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS: lidando com o currículo**

Os(as) pedagogos(as) ao desenvolverem suas práticas educativas estão lidando com o currículo, devendo então, estar atentos(as) para que este artefato, seja visto como um espaço de luta, uma vez que, ele está intrinsecamente relacionado às estruturas sociais e econômicas mais amplas da sociedade. Assim sendo, o currículo não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos, mas, um artefato que reproduz, produz e cristaliza as relações entre gêneros masculinos e femininos. Colocar as referências do SILva

A (des) construção destes estereótipos passa, sem dúvida, pela necessidade de repensarmos o currículo, visto que ele constitui uma seleção de conhecimentos pautados em uma cultura hegemônica e no conjunto de ações pedagógicas resultantes das construções sócio-histórica que se efetivam na escola de forma sutil, inconsciente e/ou consciente. Através de suas práticas educativas, o currículo reforça preconceitos e estereótipos que “pertencem” ora ao feminino e ora ao masculino.

Por esta razão, a escola necessita de um conjunto de orientações didático-pedagógicas e de uma tomada de decisão sobre quais pressupostos políticos, ideológicos, filosóficos, etc. irá eleger para encaminhar a sua prática educativa, uma vez que através dela muitos preconceitos, discriminações podem ser transmitidos. A prática educativa não se restringe apenas ao saber sistematizado fruto de uma cultura dominante, mas, incorpora também a cultura dos(as) alunos(as), os(as) quais envolvem toda uma teia de relações sociais, onde estes saberes são construídos.

Portanto, no que se refere às relações de gênero há significativas mudanças que requerem da escola uma maior atenção, sobretudo, porque já foi introduzido oficialmente no currículo escolar brasileiro do Ensino Fundamental, o Tema transversal a Orientação Sexual, desde a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, em 1997. Nele as questões de gênero passam a ser olhadas sob um outro enfoque no interior das práticas educativas, ou seja, no currículo em ação da escola. Isto significa dizer que, as questões de gênero, inserida recentemente nos currículos escolares através dos PCNs implementado em 1997, como Tema Transversal a Orientação Sexual, precisa ser mais trabalhada nas escolas, considerando que e as desigualdades entre os gêneros são, cada vez mais, sutilmente estabelecidas.

De que forma o Tema Transversal Orientação Sexual a vem vindo trabalho nas práticas educativas cotidiana é grande preocupação de professores (as), uma vez que o currículo escolar visto como um dos artefatos sociais dos mais importantes pode, sem dúvida, intervir ou não na construção de relações de gêneros menos desiguais.



Para que o currículo possa através do desenvolvimento de suas práticas pedagógicas contribuir para a construção de um projeto social de educação voltado à construção de uma cidadania mais igualitária para homens e mulheres, faz – se necessário lutar pelos ideais de uma sociedade, cada vez mais justa e igualitária, através de ações que priorizem a conscientização dos gêneros (masculino e feminino), como possibilidade de superação da discriminação, da opressão e da exclusão, que se submete um gênero ao outro. As práticas educativas e os livros didáticos são caminhos iniciais e importantes para se tentar alcançar estas metas se forem, gradativamente, sendo feitos (re) leituras de qual organização social se evidencia como predominante. De que formas as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que estão ocorrendo nas sociedades atuais, alteram o modo de vida de homens e mulheres. Nesse sentido, parece indispensável que os significados dos textos dos livros didáticos sejam (re) pensados, considerando que:

(...) [que eles], reproduzem a polaridade das relações, onde aparecem, de forma dicotômica, selvagens e civilizados, negros e brancos, e ainda um modelo de família nuclear e heterossexual. Contam sempre as histórias dos heróis, porém a história das mulheres e de outros grupos minoritários não está contemplada nessas narrativas. (Carvalho, 2000 p. 82).

Estas transformações que as sociedades contemporâneas estão vivendo exigem novos tipos de comportamentos, valores, gestos, atitudes e padrões. A escola deve estar atenta a isto, para redirecionar, flexibilizar e democratizar suas práticas educativas para que alunos(as) sejam preparados(as) para viver em um mundo em constantes mudanças e, estejam conscientes e atentos(as), para lutar contra todos os tipos de preconceitos e de desigualdades de oportunidades, como forma de garantir as condições propícias, para o desenvolvimento de suas potencialidades, aspirações e projetos de vida.

A inclusão das questões de gênero nos currículos deve ser vista como um compromisso sério e responsável, considerando que a emergência da temática sugere uma tomada de posição daqueles que estão à frente dos projetos educacionais das sociedades atuais, pois, temas emergentes como, as relações de gênero, devem ser repensados e construídos de forma mais harmoniosa, não só na busca da tolerância e respeito, mais na oferta de oportunidades iguais tanto para homens como para mulheres nos diversos espaços sociais, sobretudo, no âmbito da educação e do trabalho. Grossi citado por CARVALHO (2000, p. 26) nos fala que “se entendemos que o gênero é uma construção sócio-antropológica, é impossível continuar concebendo a escola alheia a essa problemática. Portanto, uma tarefa nova e desafiadora se inclui na reinvenção que a escola está a exigir”.

A inserção do Tema Transversal sobre a Orientação sexual proposto nos PCN's que inicia, em parte, toda essa discussão sobre as desigualdades entre os gêneros no âmbito da educação, não é uma ação isolada de alguns (as) educadores (as), que acreditam nesta proposta, mas, um projeto social que deve ser assumido pela escola. No entanto, a pesquisa que realizamos na Escola Sesquicentenário para analisar como são percebidos os conflitos oriundos das relações entre meninas e meninos, e, de que forma os especialistas fazem uma intervenção para sanar estes conflitos, demonstraram que:

1. A escola não desenvolve de forma sistematizadas ações que procuram minimizar as desigualdades entre os gêneros masculino e feminino, mas, afirma adotar posturas

não sexistas em atividades desportivas nas aulas de Educação Física, de dança e coro.

2. Segundo as especialistas da escola, as questões de gênero passam despercebidas devido a outros problemas mais urgentes da escola como: alfabetização, violência, drogas, leitura e outras questões. Mas, não negam a importância do tema, contudo a escola não tem conseguido sistematizar muitas coisas importantes.
3. As especialistas, também, deixaram claro que trabalhar as questões de gênero é um processo muito demorado, uma vez que ao trabalhar com essas questões é recomeçar sempre o trabalho, toda vez que a escola recebe novas matrículas.
4. Apesar desses desafios a escola tem, na medida do possível, tentado trabalhar as relações de gênero no cotidiano escolar.

Considerando que a escola é um dos espaços de formação importante tanto para homens como para mulheres, faz-se necessário que se repensem suas estratégias sócio-educativas referentes às relações de gênero e se instale uma nova postura, que possibilite aos especialistas responsáveis pelos projetos pedagógicos das escolas, em particular, da Escola nosso lócus de pesquisa:

- Ampliar a sua visão quanto às relações de gênero e perceber a real necessidade de se desenvolver a temática de forma abrangente e urgente, não devendo se deter apenas, a trabalhá-la de forma aleatória, não só sistematizada nos conteúdos de ciências, mas que vise a concretização da interdisciplinaridade entre as diferentes áreas dos saberes.
- Não apenas demonstrar ter conhecimento a respeito das questões de gênero, mas, orientar os educadores e as educadoras a construir um projeto coletivo para a escola.
- Empenhar-se em incluir essa temática de forma mais sistematizada na proposta pedagógica da escola, uma vez que afirmaram estar realmente motivadas e interessadas, e, ainda, por entender a importância e relevância do tema na melhoria das relações conflituosas entre os gêneros.
- Ampliar os debates e as reflexões sobre o tema na escola a partir da apresentação de uma fita de vídeo produzido pelo Centro da Mulher 8 de Março em parceria com o grupo NIPAM (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Gênero) e apoio do DIFD/Conselho Britânico, que aponta a divisão do trabalho como cultural, arbitrária e, portanto, possível de mudança no sentido de maior equidade entre os gêneros masculino e feminino.
- Se engajar na construção de um projeto social coletivo onde os (as) educadores (as) possam buscar uma maior equidade entre os gêneros na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. KÜHNER, Maria Helena (tradução). Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Educação & Realidade. Jul. /dez. 1995. (p. 133-184)

CARVALHO, Eulina Pessoa de. PEREIRA, Maria Zuleide da Costa (org.). Gênero e educação: múltiplas faces. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Discriminação de gênero na escola: isso acontece? Como promover a equidade de gênero na educação? Qual o papel da professora e do professor? Centro de Educação / NIPAM / UFPB, 2000.

\_\_\_\_\_. Bourdieu sobre gênero e educação. Centro de Educação/ NIPAM/ PPGE/ UFPB, 2004.

\_\_\_\_\_. Consciência de Gênero na Escola. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2000.

FARIA, Nalu. NOBRE, Miriam. Gênero e desigualdade. São Paulo: SOF, 1997. (Coleção Cadernos Sempre Viva)

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GROSSI, M. P. O masculino e o feminino na educação. Petrópolis: Vozes, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para que. São Paulo: Cortez, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MIELE, Neide. ANDRADE, Maristela Oliveira de. LÉON, Adriano de (Orgs.). O velho e o novo em mil anos. João Pessoa: Manufatura, 2000.

\_\_\_\_\_. Que bom, Huxley estava errado! Ou Relações de gênero e o 3º milênio. João Pessoa: Editora Universitária/ CE/ Mestrado em Educação, 1995. (Revista temas em Educação, nº 4)

NICOLETTI, André. "Por que ainda há cursos 'masculinos' e 'femininos'?". Fuvest – caderno vestibular, Folha de São Paulo, 11/04/2002, p. 8.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. 1992. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. (orgs.), Uma questão de gênero. RJ: Rosa dos Ventos; SP: FC Chagas.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUSA, Valquíria Alencar de. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Por uma educação escolar não-sexista. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, Cláudia. Sexo e gênero: masculino e feminino na qualidade da educação escolar In: AQUINO, Júlio Groppa et al (Orgs.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997.